

PROponente: Prefeitura Municipal de PiraPemas -MA  
Objeto da obra: Obra: Construção da Escola Municipal Wilson Soares no Município PiraPemas - MA  
Endereço:

DBI 1

TIPO DE OBRA	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS		
REGIME PREVIDENCIÁRIO	DESONERADO		
DATA BASE DO ORÇAMENTO	01-2025	01/01/2025	

1.1 FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI:  
( Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula)

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CRPB)} - 1$$

A fórmula do BDI e os valores de referência de suas parcelas constam no Acórdão 2.622/2013 – Plenário.

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,50%

Detalhamento do BDI

ITENS	SIGLAS	1º Quartil	Médio	3º Quartil	% ADOTADO	SITUAÇÃO
Administração Central	AC	3,00%	4,00%	5,50%	3,80%	OK
Seguro e Garantia	SG	0,80%	0,80%	1,00%	0,81%	OK
Risco	R	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%	OK
Despesas Financeiras	DF	0,59%	1,23%	1,39%	1,23%	OK
Lucro	L	6,16%	7,40%	8,96%	7,00%	OK
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%	OK
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%	2,50%	5,00%	2,50%	OK
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	3,60%	3,60%	3,60%	3,60%	OK
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,34%	22,12%	25,00%	22,20%	OK
BDI COM DESONERAÇÃO				BDI DES.	27,07%	< = BDI ADOTADO

BDI COM DESONERAÇÃO	=>	27,07%
---------------------	----	--------

Onde: AC: taxa de administração central;  
S: taxa de seguros;  
R: taxa de riscos;  
G: taxa de garantias;  
DF: taxa de despesas financeiras;  
L: taxa de lucro/remuneração;  
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS)

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE, CONFORME LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, A BASE DE CÁLCULO PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS, É DE 100 %, COM A RESPECTIVA ALÍQUOTA DE 2,5 %

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O REGIME DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA ADOTADO PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO FOI DESONERADO, E QUE ESTA É A ALTERNATIVA MAIS ADEQUADA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.